

Projeto de Lei no	de	de	de 2025
-------------------	----	----	---------

OBRIGA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A ADOTAR MEDIDAS EFICAZES PARA COMBATER A CULTURA DO CRIME ORGANIZADO NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUACU – LEI ANTICRIME

Autor: vereador IGOR PORTO GAVAZZI

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, DECRETA:

- **Art. 1°.** O Poder Público Municipal deverá adotar medidas eficazes e eficientes para combater a cultura do crime organizado no Município de Nova Iguaçu, previstas nesta lei anticrime e sem prejuízo de outras, tais como:
- I Retirar símbolos, sinais e nomes que façam referências ou apologia às organizações criminosas ou facções do crime organizado pichadas ou, de qualquer forma, grafadas em bens e patrimônios públicos;
- II Retirar símbolos e sinais que façam referências ou apologia às organizações criminosas ou facções do crime organizado em lápides de cemitérios públicos municipais;
- III Retirar símbolos, sinais e nomes que façam referências ou apologia às organizações criminosas ou facções do crime organizado nas escolas públicas municipais.
- §1º Para o efetivo cumprimento do disposto no caput do art. 1º, o Poder Público Municipal deverá:

I - divulgar amplamente o canal de denúncia, seguro e confidencial, para que a população informe sobre a presença de símbolos ou referências ao crime organizado em espaços públicos e outras atividades relacionadas;

II – Implementar programas de capacitação continuada destinados aos servidores públicos municipais, incluindo os Guardas Municipais e outros que perfaçam o plexo de segurança pública do município, sobre a identificação de símbolos e referências às organizações criminosas ou facções do crime organizado e sobre as melhores práticas para o enfrentamento dessa cultura;

III - implementar programas de combate à cultura do crime nas escolas da rede pública municipal de ensino, abordando temas como a legalidade, a cidadania, os direitos e valores humanos e as consequências do envolvimento com o crime organizado;

IV - investir em tecnologias e inteligência para o monitoramento e a identificação de atividades e símbolos relacionados ao crime organizado em espaços públicos;

V - firmar convênios com empresas privadas e organizações da sociedade civil para auxiliar na execução das medidas previstas no inciso I, II e III do Art. 1º desta lei.

Art. 2º. Qualquer cidadão poderá denunciar o descumprimento dessa lei, devendo o Poder Público tomar providências para retirar símbolos, sinais, nomes ou referências às organizações criminosas ou pessoas ligadas às facções do crime organizado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da denúncia.

Art. 3º. As despesas para execução e implementação desta lei deverão ser custeadas pelo Fundo Municipal de Segurança Pública do Município de Nova Iguaçu (FUMSEP) Lei Municipal n.º 5.240/2025.

Art. 4°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogada suas disposições em contrário.

Sala das sessões, 22 de Setembro de 2025.

Às Comissões competentes

IGOR PORTO – PL



VEREADOR DE NOVA IGUAÇU - RJ

JUSTIFICATIVA

Segurança Pública, querendo ou não, também é papel do município, o primeiro dentre os entes federativos onde o cidadão deve cumprir suas obrigações, bem como ter garantida a efetivação de seus direitos fundamentais.

A crescente ocupação simbólica do espaço público por grupos criminosos, por meio de pichações, faixas, denominações de áreas e homenagens ilegais, representa uma afronta à sociedade e contribui para a naturalização da presença dessas organizações na vida cotidiana da população. Essa presença simbólica não apenas desafia a autoridade do poder público, como também reforça a sensação de domínio e controle por parte das facções criminosas sobre determinados territórios, oprimindo os cidadãos e enfraquecendo a legitimidade das instituições públicas e desta forma as enfraquecendo.

A iniciativa busca ainda proteger crianças e adolescentes da banalização da criminalidade, repudiando a cultura do crime, criando um meio ambiente que respeite a ordem urbana.

A presença de símbolos criminosos no espaço público tem efeito nocivo sobre a formação de valores nas comunidades, podendo influenciar negativamente as novas gerações.